

CADERNO DE ENCARGOS
FESTIVAL OITO24 | ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA
DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª Objeto do procedimento	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	3
Cláusula 3.ª Prazo da vigência do contrato	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	3
Cláusula 4.ª Obrigações principais do prestador de serviços.....	3
Cláusula 5.ª Prazo da prestação de serviços.....	4
Cláusula 6.ª Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 7.ª Prazo do dever de sigilo	4
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	5
Cláusula 8.ª Preço contratual	5
Cláusula 9.ª Condições de pagamento.....	5
Cláusula 10.ª Outras obrigações.....	5
Cláusula 11.ª Registos e Direitos de som e imagem	6
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 12.ª Condições de execução.....	6
Cláusula 13.ª Força maior	6
Cláusula 14.ª Resolução por parte do contraente público	7
Cláusula 15.ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	7
CAPÍTULO IV - SEGUROS.....	7
Cláusula 16.ª Seguros.....	7
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
Cláusula 17.ª Foro competente	8
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	8
Cláusula 18.ª Comunicações e notificações	8
Cláusula 19.ª Contagem dos prazos.....	8
Cláusula 20.ª Legislação aplicável.....	8

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | **Objeto do procedimento**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a promoção do espetáculo da Real Orquestra da Grande Malha Ortogonal de Espinho, a realizar no dia 3 de agosto de 2017, inserido no evento Festival OITO24.

Cláusula 2.ª | **Contrato**

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c. O presente caderno de encargos;
- d. A proposta adjudicada;
- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.ª | **Prazo da vigência do contrato**

O contrato produz efeitos a partir do dia seguinte à data da sua publicação no portal dedicado aos contratos públicos Base (www.base.gov.pt), pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias e até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições, nomeadamente os previstos no caderno e encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.ª | **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de realização do espetáculo da Real Orquestra da Grande Malha Ortogonal de Espinho, em Espinho, em espaço ao ar livre designado de "Alameda 8", no dia 3 de agosto de 2017, pelas 22 horas, com a duração de cerca de 60 minutos, no âmbito do Festival OITO24.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRAS DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

2. O prestador de serviços fica obrigado a:

- i. Ao envio atempado de todas as informações de carácter técnico relacionadas com o espetáculo (a ficha técnica do sistema de som e luz), para que o Município possa elaborar um plano para o espetáculo.
- ii. Efetuar o pagamento dos honorários dos músicos, dos técnicos e de todos os elementos que integram a comitiva, bem como a garantir o backline do espetáculo.
- iii. Assegurar a presença de um representante no local do concerto ("*road manager*"), que será o responsável pelo espetáculo no local e coordenar toda a equipa de trabalho.
- iv. Conceber, coordenar e implementar todo o projeto e gerir o contributo dos participantes, assim como a direção artística e apresentação pública.
- v. Obrigação de garantir os transportes de músicos e os demais elementos da comitiva e instrumentos musicais.
- vi. Articular com a produção do Festival oito24, por forma a agilizar processos e preparar a performance final.

3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a | **Prazo da prestação de serviços**

O prazo de execução da prestação de serviços objeto do presente contrato, decorre desde a data de início da produção de efeitos do contrato e até à data estipulada no n.º 1 da cláusula 4.^a deste caderno.

Cláusula 6.^a | **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 8.ª | Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, isento de IVA ao abrigo da alínea a) do n.º 15 do artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
3. O preço a que se refere o n.º 1 é pago nos seguintes termos:
 - a. 50% do preço contratual com a publicação no portal dedicado aos contratos públicos Base (www.base.gov.pt);
 - b. 50% do preço contratual após a realização do espetáculo.

Cláusula 9.ª | Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 5 (cinco) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva
2. Em caso de discordância por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 10.ª | Outras obrigações

É da responsabilidade do Município:

- a. garantir o licenciamento do espaço onde o espetáculo se vai realizar, bem como providenciar os dispositivos de segurança no local, designadamente, agentes policiais, bombeiros e INEM;
- b. assegurar a existência de seguro de responsabilidade civil perante terceiros no âmbito do espetáculo, bem como certificar-se que as empresas que fornecem as infraestruturas que fornecem o espetáculo (equipamentos de som e luz) são detentoras de seguros válidos;
- c. nomear um representante do Município, no local, a quem competirá responder por todos os assuntos relativos ao evento;
- d. disponibilizar as demais condições técnicas e logísticas necessárias à realização do espetáculo, de acordo com Riders de acolhimento, som e projeto de luz a remeter pelo prestador de serviços;
- e. assegurar a comunicação e promoção do evento, de acordo com as indicações do prestador de serviços.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

Cláusula 11.^a | **Registos e direitos de som e imagem**

1. O Município de Espinho pode gravar o espetáculo para efeitos de arquivo.
2. O Município de Espinho pode ainda captar imagens do espetáculo para fins exclusivamente informativos, segundo indicações do representante do prestador de serviços.
3. O Município de Espinho pode ainda utilizar imagens a inserir em filme promocional a editar sobre o evento, devendo as mesmas e a edição serem aprovadas pelo prestador de serviços para fins promocionais do artista.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12.^a | **Condições de execução**

1. Tendo em consideração que é prerrogativa do Município de Espinho que a realização do espetáculo da Real Orquestra da Grande Malha Ortogonal de Espinho, em Espinho, decorra em espaço ao ar livre, em caso de chuvas e/ou ventos fortes, ou outros condicionalismos atmosféricos que impossibilitem a realização do evento, o mesmo será cancelado, tendo o Município de Espinho que efetuar o restante pagamento em falta.
2. Caso se verifique o disposto no ponto anterior, poderá ser negociada a marcação de nova data para realização do espetáculo.
3. Em caso de doença comprovada do artista ou de algum músico que seja essencial à realização do espetáculo, tal como ele está concebido (bateria + baixo + guitarra), o evento será cancelado, ficando o prestador de serviços obrigado a garantir, apresentação de uma nova data, que deverá ocorrer no mês agosto de 2017.

Cláusula 13.^a | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, por facto que lhe seja imputável.
2. O direito de resolução previsto no número anterior obriga o prestador de serviços a pagar ao Município de Espinho o preço contratual total, podendo este exigir uma indemnização por perdas e danos excedentes.

Cláusula 15.^a | **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Município de Espinho violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, por facto que lhe seja imputável.
2. O direito de resolução previsto no número anterior obriga o Município de Espinho a pagar ao prestador de serviços o preço contratual total, podendo este exigir uma indemnização por perdas e danos excedentes.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 17.^a.

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 16.^a | **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços garantir a existência de contratos de seguros pessoais e de trabalho dos seus dependentes.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de um dia.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FESTIVAL OITO24 ESPETÁCULO DA REAL ORQUESTRA DA GRANDE MALHA ORTOGONAL DE ESPINHO	
	NIPG	6716/17	
	SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS COLETIVIDADES E EVENTOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 02

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 17.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.^a | **Comunicações e notificações**

- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos (aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, e sucessivamente alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro), para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O Presidente da Câmara,